



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**GT2 Africanidades e Brasilidades em Educação**

**A CATEGORIA RAÇA/ETNIA E OS ASPECTOS QUE MARCARAM A  
POLÍTICA EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA.**

Rosimar de Oliveira Silva<sup>1</sup>

Maria Alayde de Alcântara Salim<sup>2</sup>

**Resumo:** O referido exercício de revisão de literatura para a construção da dissertação realiza uma aproximação com estudos que abordam o processo de construção da política educacional no Brasil. Partimos do princípio que para nos aproximarmos de uma compreensão de seus desdobramentos é imprescindível debruçar-se em sua historicidade. Dessa forma o período republicano e suas peculiaridades, materializam-se nas políticas ofertadas e considerar o recorte de raça/etnia neste período mesmo desafiador, se faz preciso para o desvelamento de tais políticas.

**Palavras chaves:** Educação. Movimento Negro. População Negra.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica no Centro Universitário do Norte do Espírito Santo – CEUNES/UFES

<sup>2</sup> Doutora em Educação, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica no Centro Universitário do Norte do Espírito Santo – CEUNES/UFES

## **INTRODUÇÃO**

O referido estudo consiste em uma revisão bibliográfica, que se propõe a refletir a construção da política educacional brasileira, e problematizar como se deu este processo, tendo como foco o período republicano.

E pensar o processo de construção da política educacional, considerando o recorte de raça/etnia se mostra ainda mais desafiador. Mas este exercício se faz necessário para que possamos compreender de que maneira as políticas educacionais foram pensadas e resultantes de quais movimentos.

## **PERÍODO REPUBLICANO: UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO?**

A chegada do regime republicano foi movida por conflitos de interesses entre as elites. Esse período também foi marcado por transformações, como o fim do regime escravocrata, a inclusão e ampliação do País para o setor agroindustrial e o processo de urbanização, acarretando profundos conflitos sociais que fizeram com que o País entrasse em Colapso. Como assinala (RIBEIRO, 2000), apud (VIEIRA E FARIAS, 2007):

A primeira República é marcada por levantes sociais e políticas de valorização dos produtos agrícolas e uma ampla modernização das condições infraestrutura de produção. As exportações mantêm a riqueza e o poder das oligarquias, contrastando com a pobreza e atraso da maioria da população brasileira, então localizada no campo.

A República tinha na educação o caminho para o ordenamento social e uma via para alcançar o idealizado progresso. Porém, contraditoriamente o País amargava neste mesmo período, altos índices de analfabetismo<sup>3</sup>, passando a educação a ser vista como um problema de Estado.

Vieira e Farias, (2007), ressaltam que a política educacional, na Primeira República tinha como princípio a formação do cidadão, assumindo um caráter cívico e patriótico. Contudo tal política não resultou na democratização da educação, pois ainda, uma ampla camada da população se encontrava desassistida no processo educacional. Um dos fatores que culminam nessa exclusão, era a situação irregular de alunos em detrimento da evasão escolar,

---

<sup>3</sup> Os índices de analfabetismo alcançavam índices de 85% em 1890 e 75% em 1920 (NETO, 2015)

como constata (VEIGA, 2007, p. 247),

Isso se deveu por vários fatores. Em primeiro lugar, as localidades precisavam contar com a existência de grupos escolares, [...] e era necessário que houvesse vagas disponíveis, o que nem sempre acontecia. Além disso, nem todos os grupos escolares estavam no mesmo patamar, e o nos mais qualificados dependia muitas vezes de favorecimentos pessoais e injunções políticas. A seriação e a passagem de uma série para a outra revelaram dois fenômenos educacionais: a repetência e a evasão escolar.

O rendimento insatisfatório, atrelado a outros fatores, de ordem política e econômica, levaram à elite educacional da época a reivindicar novas reformas pedagógicas no Brasil, uma vez que, por conta de todas as transformações pela qual passava o País até então majoritariamente agrário, lentamente iniciava seu processo de industrialização.

Neste sentido, intelectuais e políticos da época viram a educação enquanto solução para todos os males que marcavam a sociedade brasileira. Nagle (1974) denominou este fenômeno como “o entusiasmo da educação” incitada por pensadores liberais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, pensou-se um modelo Educacional que elevasse a sociedade brasileira a níveis europeus.

O aspecto político também não pode ser esquecido, a República possuía enquanto Regimento governamental o voto, que era proibido para os analfabetos, neste sentido, diminuir o número de “iletrados” também se tornou uma questão urgente.

Diante destes gargalos, duas questões urgentes deveriam ser resolvidas: instruir pessoas para que pudessem exercer o direito do voto e prepará-las para o trabalho nas fábricas, uma vez que, parte da juventude (elite) não havia sido preparada para o trabalho. Como explica Carvalho, (1987 p. 45)

[...] o País tinha dois tipos de cidadãos: o ativo e o simples. O cidadão ativo é aquele que possui além dos direitos civis, os direitos políticos. São cidadãos plenos àqueles que a sociedade julga merecedores da cidadania. Os cidadãos simples são aqueles que só possuíam os direitos civis da cidadania.

Tais demandas eram discutidas também pela Associação Brasileira de Educação entre as décadas de 1920 e 1930, reafirmando dessa maneira que a política

educacional mais uma vez é lembrada enquanto instrumento político, já que a sua utilização serviria para condicionar a grande massa, a superar as demandas necessárias para o desenvolvimento e enriquecimento da mesma. Como assinala Veiga (2007, p.254),

O que caracterizava o grupo, a princípio era a visão da educação como fator da reforma social [...]. Os debates enfatizam a formação do trabalhador sob os princípios tayloristas de organização racional do trabalho, e havia quem sustentasse a tese da degeneração do brasileiro, que, de acordo com algumas interpretações científicas da época, constituiria uma sub-raça.

Neste período duas ideias educacionais merecem destaque, a primeira conhecida como educação dualista, em que os pobres eram preparados para o trabalho e aos ricos ofertava-se uma instrução ilustrada. E a outra ideia foi o Movimento higienista em que se transferiu para a política educacional a ideia de *branqueamento* da população, pois mesmo com a abolição ainda era forte a recusa de tratar como igual, uma população até então explorada. Enquanto estratégia de manutenção desse pensamento foram realizadas campanhas com base em teorias raciais influenciadas pelo Darwinismo Social<sup>4</sup>, a fim de justificar, o que alguns pensadores chamavam de a “busca pela pureza da sociedade brasileira”. Schwarcz (1993, p.315), problematiza tal questão,

Museus etnográficos, haviam uma ampla utilização de argumentos evolucionistas que permitiam justificar cientificamente as diferenças, classificar as espécies, localizar os pontos de atraso. [...] O resultado foi uma interpretação que, apesar de monogenista, recorreu a conclusões darwinistas sociais quando se tratava de justificar, por meio da raça, hierarquias sociais consolidadas.

A população negra é duplamente castigada, pois, além do processo de invisibilidade social que se manteve nos anos anteriores, a mesma é degradada por ideais sociais que naturalizam uma inferioridade tida como genuína, criando e reforçando estereótipos em relação a mesma. Nas palavras de Veiga (2007, p. 265),

O discurso republicano aprimorou os preconceitos raciais por meio da ciência. Esse fator é muito importante para pensarmos os processos de desqualificação social da população negra e

---

<sup>4</sup> Para (HEILBORN, 2010), o darwinismo e o darwinismo social permitiram a integração de um grande sistema de pensamento prevalecente do século XIX: a origem das espécies e entre elas, a humana; a distinção das raças e a superioridade de umas sobre as outras; a teoria do progresso histórico e social ilimitado, como submetido a uma lei natural e universal.

mestiça. A tentativa de introduzir na escola um procedimento de homogeneização cultural se fez à custa da negação dos valores étnicos e da cultura de grande parte da população brasileira.

O conceito de educação neste período exprime a sua importância no contexto, que é buscar por uma Educação Nacional Pública e que tivesse como objetivo a formação cívica e patriótica, uma vez que, com a proclamação do referido período traz consigo o desejo de transformação da sociedade. Porém, esta vontade por vezes, reforçou ainda mais a relação desigual no País, uma vez que a política educacional pautada enquanto eixo transformador do sujeito, deposita nele a responsabilidade pela ascensão social influenciado por um pensamento positivista que oscilava com a influência humanista.

A Escola Nova, por exemplo pode ser considerada um marco no que diz respeito ao pensar a educação como um direito de todos. Alguns pontos defendidos pelos escolanovistas, apesar de nunca terem se materializado serviram enquanto incentivo para os anos seguintes, para que houvesse um sistema educacional, mais efetivo e ampliado, mas ainda permanecia o caráter seletivo. Sobre este grupo Neto (2015, p. 149) reflete,

Os pioneiros da escola nova pressupõem pela própria concepção de homem que o próprio homem pode, por meio de seu desenvolvimento e esforço, alcançar a tão sonhada ascensão social. Nestes termos a escola assume a responsabilidade da educação da sociedade, pois ocorre a transformação do Estado máximo em estado mínimo, ou seja, o estado se isenta de seu papel e funções dentro da sociedade e repassa essas obrigações para outras instituições sociais, em especial, para a escola.

Com o início do governo de Getúlio Vargas, a educação ainda era marcada por esta polaridade, entre católicos e liberais e tais influências podem ser visualizadas principalmente a partir da década de 30. Politicamente temos a Revolução de 30 e um período marcado por duas diferentes constituições a de 1934 de cunho mais democrático e a de 1937 com caráter mais autoritário.

A partir de 1937 a concepção de educação assim como a sua normatização por parte da União, é tomado por vezes de maneira secundária, principalmente para aqueles que não tinham condições financeiras de arcar com os estudos do ensino privado, como assinala Vieira e Farias (2007, p.97) “ a educação pública é

concebida como aquela destinada aos que não puderam arcar com os custos do ensino privado. O velho preconceito contra o ensino público, antes denunciado, permanece arraigado no pensamento do legislador”.

Neste período temos a reforma de Capanema<sup>5</sup>, que se caracterizou pela oficialização do ensino Industrial, secundário e comercial, e uma tentativa de unificação da educação. Porém, a mesma retrata a institucionalização de uma educação, que se caracteriza, por contribuir pela exclusão do que pela inclusão. No que se refere a população negra, percebe-se que o período republicano foi marcado principalmente pela prática do racismo, fortemente institucionalizado. O País recém-saído do regime escravocrata, contava com um Estado que ao invés de promover a população negra ao alcance da sua cidadania, criava estratégias ora visíveis, ora escamoteados, de negar os direitos básicos a mesma.

E esta fase pelo qual o País transitava, não carregava consigo a busca por mudança no trato com a população negra, pelo contrário, o que acabou fomentando por parte dessa população a criação estratégias de resistência, como demonstrado por Domingues (2007, p.103),

“Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação”.

E dentro dessa ótica de resistência contra toda opressão, não se pode deixar de destacar a FNB – Frente Negra Brasileira, que para Munanga e Gomes (2016), deve ser considerada uma entidade extremamente representativa dos desejos e aspirações da população negra da década de 30. Ela desempenhou, na história do negro brasileiro, um lugar que o Estado não ocupou em relação à população negra: ofereceu escola, assistência na área da saúde e social, e teve uma atuação política muito marcante, além de espaços de lazer e trabalho que visava fomentar na população os sentimentos de pertencimento e identidade étnica.

---

<sup>5</sup> Menezes (2001) afirma que, o nome da reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”.

Outro importante veículo, era a imprensa Negra, ao qual serviu durante um período, enquanto estratégia de fomento ao empoderamento da população negra brasileira, como sustenta Domingues (2007, p.105),

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país [...]

Como podemos observar a primeira fase do período Republicano apesar dos embates travados pela busca da efetivação e reconhecimento da população negra enquanto cidadã, também serviu de palco para que essas organizações buscassem se institucionalizar e auxiliar esta população na busca por uma identidade e formas de alcance de ascensão social e viram na educação uma oportunidade.

### **A REPÚBLICA, SUA SEGUNDA FASE E A “SELEÇÃO DOS MELHORES”**

A segunda fase do período republicano, marcada pela “Era Getulista” em relação a educação, não conseguiu grandes avanços nos índices de analfabetismo e apesar dos investimentos a seletividade era um ponto marcante.

Vieira e Farias (2007) descrevem que com a Constituição de 1946, a política educacional passa a ser regulamentada a partir de dois princípios: a liberdade e a solidariedade e como em 1934 retoma a questão da corresponsabilidade familiar na condução da Educação. Neto (2000, p.165) acrescenta que a referida carta é marcada pelo pensamento liberal principalmente nas questões educacionais surgindo pela primeira vez os termos diretrizes e bases da educação.

O País neste momento passava por um crescente processo de industrialização e urbano, assim como um Estado cada vez mais interventor na economia. A monopolização do sistema capitalista de produção, além das tentativas de golpes de Estado, somado a levantes militares, prepararam a volta de Getúlio Vargas ao poder, que por sua vez procurou adotar uma política de reaproximação com a

massa, intenção esta que não se efetivou e culminou na vitória de Jânio Quadros nas eleições da cidade de São Paulo (NETO, 2015, p.169),

Com a entrada de Juscelino Kubitschek, o Brasil passava a ser regido por um presidente de caráter nacionalista e que possuía enquanto principal bandeira o desenvolvimento do País, porém a ambição de desenvolvimento a todo o custo, fez com que o Brasil amargasse, uma grande dívida externa, tendo como uma de suas consequências a elevação do custo de vida para a população.

Destaca-se também que no final da década de 40 os ideais educacionais estavam polarizados, de um lado, um grupo que pregava a liberdade e autonomia na educação e de outro, a que era a favor do controle rígido da União na Educação Nacional, tal polarização rendeu várias discussões até a aprovação da primeira lei de diretrizes e bases educacionais em 1961 através da lei 4.024, que conforme Neto (2015, p.184),

Como a lei 4024/61 verifica-se uma nova etapa da Educação Nacional: é o surgimento, ainda que é incipiente, das futuras propostas educacionais neoliberais, marcadas principalmente pela preocupação da melhoria de qualidade e dos índices de produtividade do ensino em relação aos custos.

Neste documento cabe ressaltar em seu 1º artigo - letra G, *a condenação de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica político-religiosa bem como quaisquer preconceitos de classe ou raça*. Destaca-se ainda que a permanência de pensamento de suprir a demanda do País que expandia seu mercado industrial e que ao mesmo tempo passava por uma grande crise econômica, política e social, serviram como base para o golpe de 64.

Neto (2015) explana que o referido golpe contou com o apoio da burguesia industrial e da classe média, João Goulart foi substituído por Castelo Branco e os militares assumiram o poder com o governo ditatorial. Durante este período o Brasil passa por uma situação bastante delicada no que se refere à conquista dos direitos sociais, como a proibição do direito à greve e o impedimento legal de todas as formas de organização social.

No que tange a educação, Neto (2015, p.190) demonstra que, medidas são tomadas, elegendo a mesma enquanto um fator de progresso e vetor de

desenvolvimento econômico e social, ou seja, a formação de mão de obra para o mercado é prioridade do governo.

Porém, neste período, apesar do abalo sofrido duas entidades devem ser destacadas, a União dos Homens de Cor, que em linhas gerais como assinala Domingues (2007), tiveram uma atuação marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização e participação em campanhas eleitorais. Reafirmando dentre as diversas atividades, que a educação era uma preocupação, sendo assim vista como estratégia de se elevar o nível econômico e intelectual das “pessoas de cor” em todo o território nacional.

Como também o Teatro Experimental Negro<sup>6</sup>, este diferentemente da FNB - Frente Negra Brasileira e da UHC, que propunham a integração do negro na sociedade de classes, vinha com uma nova proposta, que era de além do reconhecimento da herança Africana e da personalidade brasileira, que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade.

Porém, mesmo diante de tanta opressão, o movimento se viu ainda mais fortalecido para ampliar sua luta, e o silenciamento deu lugar para um fértil terreno, em que surgiram ainda outros segmentos de luta. Como assinala Gomes (2012),

Em 18 de junho de 1978, em São Paulo, surgiu o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR). Este foi rebatizado posteriormente como Movimento Negro Unificado (MNU), em dezembro de 1979[...]. Esta organização de caráter nacional elege a educação e o trabalho como duas importantes pautas na luta contra o racismo.

Como podemos observar, a segunda fase do período republicano foi palco para a construção e o fortalecimento de um movimento negro agora mais politizado nas

---

<sup>6</sup>Gomes (2012, p.737) assinala que o Teatro Experimental do Negro (1944-1968) nasceu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros e resgatar a herança africana na sua expressão brasileira.

suas lutas, principalmente em relação ao acesso da população negra na política educacional, a qual ainda acentua um caráter seletivo e excludente.

## REFLEXÕES...

A partir desta revisão uma provocação deve ser levantada: **O negro teve um lugar na história dentro da construção do processo educacional brasileiro?**

Tal questionamento se faz devido pouca discussão desta temática nos espaços acadêmicos, inclusive nas obras de referência que trabalham a história da educação, o que ajuda a manter a cortina, que ainda mantém a história do povo negro de maneira tão coadjuvante.

As lutas travadas pelo movimento negro, em desnaturalizar o imaginário social ao qual o negro é submetido desde sua *diáspora*, têm conquistado grandes avanços, porém deve-se reconhecer que o movimento vem travando várias batalhas, em relação não só a inserção e manutenção do negro na política educacional, mas que este tenha a sua identidade reconhecida e respeitada nestes espaços.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andréia. Gestão de políticas públicas em gênero e raça. **Rio de Janeiro: CEPESC**, 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Reforma Capanema. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema/>>. Acesso em: 13 de jul. 2016.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. Ed. - São Paulo: Global, 2016.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

NETO, Alexandre Shigunov. **História da Educação Brasileira:** Do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais. São Paulo: Salta, 2015.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro contemporâneo, memória e educação:** aspectos da luta anti-racista na segunda metade do século XX.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação.** Ática, 2007.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. **Política Educacional no Brasil:** introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.